



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 73ª
(SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 1º DE SETEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Constata-se que não há em plenário o *quorum* necessário para a realização da sessão. Conforme o disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, esta Presidência vai suspender a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h01min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está reaberta a sessão.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Dispensar a leitura e indago se algum Deputado deseja retificar as atas lidas. (Pausa.) Não havendo pedido de retificação e como já são de conhecimento de todos os Deputados, dou como lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 69ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	2

- Ata da 70ª Sessão Ordinária.

Esta Presidência determina que sejam desconsideradas as votações, em primeiro turno, dos projetos de lei relacionados a seguir, realizadas na sessão ordinária de ontem, 31 de agosto de 2016, em razão de equívoco na proclamação dos resultados: Projeto de Lei nº 1.584, de 2013; Projeto de Lei nº 1.662, de 2013; Projeto de Lei nº 1.667, de 2013.

Esta Presidência determina também que seja desconsiderado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 68, de 2015, em primeiro turno, proferido na mesma sessão ordinária, uma vez que a emenda, de autoria da Relatora da Comissão de Constituição e Justiça, já havia sido apreciada no âmbito daquela comissão.

Esta Presidência retifica o resultado da votação em turno único, realizada na sessão ordinária de 30 de junho de 2016, dos projetos de decreto legislativo relacionados a seguir, de autoria de vários Deputados: Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2014; Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2015; Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2015; Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2015; Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2015; Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2015; Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2016; Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2015; Projeto de Decreto Legislativo nº 20, 2015; Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2016; Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2016. Os projetos foram aprovados em turno único, por processo nominal de votação, com a presença de 19 Deputados. Houve 19 votos "sim", 1 abstenção e 4 ausências.

Esta Presidência determina que seja desconsiderada a aprovação do Requerimento nº 1.976, de 2016, incluído em votação em bloco na sessão ordinária de 24 de agosto último, por tratar de solicitação de tramitação conjunta de proposições, a qual deverá ser apreciada pela Mesa Diretora, conforme disciplina o parágrafo primeiro do art. 154 do Regimento Interno desta Casa.

Na Ordem do Dia da sessão ordinária de 30 de junho de 2016, no item nº 149, onde se lê: "Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, de autoria do Poder Executivo...", leia-se: "Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, de autoria de vários Deputados..."; no item nº 197, onde se lê: "Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2016...", leia-se: "Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2015...".

Conforme o disposto no § 1º do art. 176 do Regimento Interno desta Casa, declaro prejudicadas as proposições assim relacionadas: Projeto de Lei nº 110, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula; Projeto de Lei nº 60, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo; Projeto de Lei nº 582, de 2011, de autoria do Deputado Patrício; Projeto de Lei nº 196, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz; Projeto de Lei nº 230, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros; Projeto de Lei nº 216, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel; Projeto de Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	3

nº 433, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante; Projeto de Lei nº 520, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia; Projeto de Lei nº 42, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz; Projeto de Lei nº 1.808, de 2014, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes; Projeto de Lei nº 583, de 2011, de autoria do Deputado Raad Massouh; Projeto de Lei nº 120, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula; Projeto de Lei nº 698, de 2012, de autoria do Deputado Olair Francisco; Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 59, de 2013, de autoria da Deputada Luzia de Paula e outros; Projeto de Lei nº 1.274, de 2012, de autoria do Deputado Aylton Gomes; Projeto de Lei nº 241, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; Projeto de Lei nº 971, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros; Projeto de Lei nº 1.015, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso; Projeto de Lei nº 922, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz; Projeto de Lei nº 1.024, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso; Projeto de Lei nº 971, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros; Projeto de Lei nº 292, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão.

Conforme o disposto no § 1º do art. 176 do Regimento Interno desta Casa, declaro prejudicados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 582, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes; Requerimento nº 590, de 2015, de autoria do Deputado Lira; Requerimento nº 697, de 2015, de autoria do Deputado Joe Valle; Requerimento nº 663, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel; Requerimento nº 651, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão e outros; Requerimento nº 560, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso; Requerimento nº 1.649, de autoria do Deputado Julio Cesar; Requerimento nº 1.406, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel; Requerimento nº 429, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure; Requerimento nº 654, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras; Requerimento nº 749, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro; Requerimento nº 1.034, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; Requerimento nº 1.281, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro; Requerimento nº 1.414, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz; Requerimento nº 1.636, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar; Requerimento nº 1.622, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes; Requerimento nº 435, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo; Requerimento nº 688, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure; Requerimento nº 426, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão; Requerimento nº 760, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras; Requerimento nº 1.291, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade; Requerimento nº 1.416, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante; Requerimento nº 1.660, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela; Requerimento nº 1.623, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão e outros; Requerimento nº 440, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz; Requerimento nº 694, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar; Requerimento nº 462, de 2015, de autoria do Deputado Dr. Michel; Requerimento nº 1.421, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz; Requerimento nº 1.357, de 2015, de autoria do Deputado Joe Valle; Requerimento nº 1.712, de 2016, de autoria do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	4

Deputado Roosevelt Vilela; Requerimento nº 758, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso e outros; Requerimento nº 1.639, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Israel.

Há, também, as seguintes moções: Moção nº 605, de 2014, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa; Moção nº 74, de 2015, de autoria do Deputado Dr. Michel; Moção nº 176, de 2015, de autoria do Deputado Lira; Moção nº 376, de 2016, de autoria de vários Deputados.

Conforme o § 1º do art. 176 do Regimento Interno, as declarações não serão votadas, apenas comunicadas ao Plenário.

Retificação da retificação: “Esta Presidência retifica o resultado da votação, em turno único, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 281, de 2014; 4, de 2015; 7, de 2015; 8, de 2015; 62, de 2015; 41, de 2015; 114, de 2016; 111, de 2015; 20, de 2015; 121, de 2016; 135, de 2106, de autoria de vários Deputados, realizada na sessão ordinária de 30 de junho de 2016. Os projetos foram aprovados em turno único, por processo de votação nominal, com 19 votos sim, havendo 1 abstenção e 4 ausências.”

Eu queria convidar, convocar os demais Deputados e Deputadas que se encontram em seus gabinetes para que possam se dirigir ao plenário para darmos início ao Pequeno Expediente, Comunicados de Líderes, Comunicados de Parlamentares e votação da Ordem do Dia, nesta quinta-feira ensolarada do Distrito Federal.

Peço que pelo menos um Deputado esteja presente para que possamos começar a Ordem do Dia.

Enquanto aguardamos, com base no art. 109, § 4º, do Regimento Interno desta Casa, a sessão vai ser suspensa por quinze minutos ou até que algum Parlamentar chegue para cumprir o *quorum* regimental.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h47min, a sessão é reaberta às 16h03min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	5

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Deputado Delmasso, senhoras e senhores, mais uma vez volto a esta tribuna para falar de assunto recorrente, que é a questão da educação. Muito breve, só farei um paralelo.

Nessa semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou dados do censo. A população do Brasil chegou a 206 milhões de habitantes. Brasília, entendida como Distrito Federal, chegou a quase 3 milhões de habitantes, Deputado Bispo Renato Andrade. É a terceira maior cidade do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eu sou geógrafo com especialização na área de geografia urbana, mas não precisa ser geógrafo para saber que o que faz a população do Distrito Federal crescer não é a taxa de natalidade, e sim os fluxos migratórios, em uma corrente migratória contínua que se alongou a partir dos anos 1990.

Essa introdução é só para puxar outro assunto. Uma das regiões do Distrito Federal que mais cresce é a região do Paranoá, onde o Deputado Joe Valle tem grande atuação. Com a criação do Paranoá Parque, houve um afluxo populacional gigantesco, mas o fornecimento de equipamentos de consumo coletivo naquela região, ou de equipamentos públicos, para sermos mais diretos, não se deu com a mesma intensidade. Essa tem sido uma prática corriqueira na expansão urbana do Distrito Federal. Levam-se as pessoas, depois leva-se a infraestrutura, e depois, só ao Deus dará é que se levam os equipamentos de consumo coletivo.

O Deputado Wasny de Roure foi hoje à região do Paranoá e conversou com a Diretoria Regional de Ensino. Temos uma demanda reprimida para o próximo ano de 4.500 vagas na Secretaria de Educação para aquela região. Deputado Bispo Renato Andrade, qual é a perspectiva apontada pelas autoridades para a construção de novas salas de aula? Se V.Exa. adivinhar, eu lhe pagarei o lanche. Zero. O Deputado Bispo Renato Andrade acaba de ganhar um lanche.

É a tal falta de gestão que o Deputado Joe Valle tanto aborda nesta Casa. É falta de planejamento, característica do Estado brasileiro, não só do Distrito Federal. A população cresce, mas o fornecimento de equipamentos de consumo coletivo não acompanha na mesma proporção, contribuindo para o aumento da desigualdade social e de todas as mazelas decorrentes dessa desigualdade, entre elas a violência, o analfabetismo, a falta de qualificação profissional. As diretrizes, as variáveis estão dadas. Esperamos uma resposta das autoridades competentes. Nossa função como Parlamentar é aportar recurso, e isso a gente tenta fazer. Cabe às autoridades executar e planejar – não é função da Câmara Legislativa.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	6

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, como sempre, com muita sobriedade, V.Exa. trata do tema da educação. Acho que esta Casa tem que colocar este tema como a grande prioridade. Se esta Casa passasse um ano tratando exclusivamente de educação, nós mudaríamos a cidade em vinte anos.

Eu gostaria de dar uma sugestão a V.Exa., Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é o Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Já que temos um orçamento impositivo, pois as emendas fazem parte do orçamento impositivo, principalmente ligado à área de educação, que pudéssemos, junto com todos os Deputados, fazer um gesto de colocar 30% das nossas emendas para a construção de escolas, e de forma impositiva. É obra e é construção. Que cada Deputado escolhesse o espaço onde vai construir, logicamente ligando a sua base de trabalho, e tudo. A Câmara daria um salto muito grande de qualidade, entendendo que poderíamos fazer grande diferença.

Então, eu gostaria de parabenizar V.Exa. e dizer que estou a sua disposição. V.Exa. comande qualquer ação que achar necessária para melhorar a vida dos alunos daquela região, que vão ficar sem escola mais uma vez.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Joe Valle, e até complemento sua proposta. Mesmo que nós Deputados coloquemos, cada um, 30% de nossas emendas para construção de escolas, não seria suficiente. A gente tem que entender que as emendas parlamentares são paliativas, são para soluções pontuais, a partir das demandas da população. As reformas estruturais, os investimentos estruturais têm que estar previstos na nossa lei orçamentária. Claro que podemos contribuir, a proposta é interessante, mas desde já o governo tem que não só dar a sua contrapartida financeira, como, acima de tudo, assumir a obrigação, o compromisso de executar, e executar de forma célere. E aí eu acabo de ver outro problema. Hoje um dos grandes gargalos da Secretaria de Educação é a falta de profissionais no setor de engenharia. Nós temos poucos profissionais engenheiros, poucos profissionais arquitetos e tudo o que se faz na Secretaria de Educação precisa de projeto; ou seja, quase nada se faz porque não tem profissional suficiente, ou falta vontade para a execução desses tais projetos. É corriqueiro nós perdermos orçamento porque mandamos para a Secretaria de Educação e, em virtude da ausência de projetos, esse orçamento não ser executado, o que mostra que, de longa data, os vários governos vão passando, e os investimentos em educação no Distrito Federal – isso está visível – nunca foram prioridade. O que me deixa mais triste é que parece que continua assim.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	7

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero, na tarde de hoje, abordar dois assuntos.

Primeiro eu quero falar – e falo com tristeza, com uma dor no coração – da brutal repressão imposta a estudantes e trabalhadores na tarde e na noite de ontem pelo golpista do Sr. Michel Temer. Ele que diz que uniu o Brasil, nós vimos ontem qual foi a união que ele fez deste país. Eu tive a oportunidade de chegar a casa, já por volta de 22h, e acompanhar. Já vinha de muito tempo a notícia, através de uma rede de televisão ao vivo, e pude ver o que a tropa de choque fez com estudantes e trabalhadores em São Paulo, Deputado Joe Valle. Inclusive, para nossa tristeza, nós já temos a primeira vítima grave da repressão policial: uma estudante da Universidade Federal do ABC, fundada pelo Governo Lula, que foi à rua protestar e, infelizmente, perdeu a visão esquerda com a bomba jogada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Isso é grave!

Aqui em Brasília não foi diferente, e aí eu quero chamar a atenção do Governador Rodrigo Rollemberg. Ele não pode dar cobertura para a repressão brutal que a Polícia Militar do Distrito Federal está fazendo contra os movimentos sociais.

Sabe, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é inaceitável. A Polícia Militar do Distrito Federal ontem jogou chuva de bombas de gás lacrimogêneo e de pimenta em cima de mulheres que estavam aqui na Conferência Nacional da Mulher, mas também em cima de estudantes. Por volta das 23h, a minha filha Leilinha me ligou desesperada, porque amigas dela que pertencem ao movimento chamado Rosas pela Democracia foram espancadas na Rodoviária do Plano Piloto ontem. E foram espancadas com sadismo, inclusive por parte de um capitão da Polícia Militar que já tinha agredido antes. Ele se chama Bruno e disse, naquele tempo, que batia e bate. Pois ele voltou a bater. É preciso que se diga que o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal é o Sr. Rodrigo Rollemberg. Portanto, ele é o responsável pela repressão, e nós não podemos aceitar o que está acontecendo no Distrito Federal, a não ser que eles queiram fechar definitivamente e implantar uma ditadura neste país, coisa que remonta aos tempos passados e que é de triste memória.

Portanto, fica aqui o meu repúdio. E de ver também o golpista dizer que não aceita ser chamado de golpista. O cara não teve um voto. Toma de assalto o poder e vem dizer que não é golpista. Hoje nós já vimos uma das primeiras medidas. Eu ouvi, hoje de manhã na CBN, o Ministro golpista Eliseu Padilha dizendo que a primeira medida que será adotada por eles – e essa é inegociável, não aceitam nenhum tipo de ponderação – é a reforma da previdência, que vai cortar direitos. E ele disse mais: disse que a média de idade para aposentadoria com essa reforma passará a ser de 65 anos, no mínimo. Ele falou de uma tal de média ponderada, que poderá fazer com que algumas pessoas se aposentem com 70 ou 80 anos. Como a expectativa de vida do brasileiro lá no meu Maranhão é só de 65 anos, ninguém vai se aposentar. Portanto, é grave. Depois não querem que haja manifestações. Depois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	8

não querem que a sociedade proteste. Pois eles que se acostumem com mais e mais protestos, porque o povo não vai calar a boca.

O segundo ponto que eu quero abordar na tarde de hoje e que me entristece bastante também é que, no ano passado, o Governo do Distrito Federal tinha determinado a redução de 30% no efetivo de vigilantes que prestavam serviço na saúde e de 25% na educação. Nós sabemos que as escolas já estão inseguras. Como vão tirar 25%? Nos hospitais e nos postos de saúde também prospera a insegurança. Como vão tirar 30% dos vigilantes? Isso sem falar do desemprego, porque quem é vigilante, quando é demitido, Deputado Joe Valle, não arruma emprego mais em canto nenhum. Homens e mulheres, a um ano de se aposentarem, se forem mandados embora, acabou. Nós, na época, ponderamos, fizemos três reuniões com o Governador e ele mandou suspender as demissões, mas ontem fui surpreendido com um comunicado do Secretário Adjunto de Logística da Secretaria de Saúde chamando as empresas de vigilância para fazerem um estudo para cortar 30% do efetivo de vigilantes, de novo. É grave.

Eu vou novamente procurar o Governador Rodrigo Rollemberg, porque, se demitirem os vigilantes, não tem acordo. Se demitirem os vigilantes, eu não votarei mais nada desse governo aqui na Câmara Legislativa, porque eu não vou votar num governo que demite trabalhadores, mas esse secretário adjunto deve ser inimigo do Rollemberg. Ele quer botar fogo em Brasília, porque ele sabe que os vigilantes vão para a rua, os vigilantes não vão aceitar as demissões quietos. Ele também, Deputado Prof. Reginaldo Veras, chamou o pessoal da limpeza para demitir na mesma proporção, 30% dos trabalhadores da limpeza. O Deputado Joe Valle foi secretário até recentemente. Ele sabe da dedicação desse povo, sabe que lá na secretaria dele já estava faltando trabalhador, sabe do esforço delas para proceder à limpeza.

Portanto, Governador, tem muito lugar para cortar despesa, tem muito buraco para ser tapado, tem muito rombo que está acontecendo por desvio de recurso. Esqueça os trabalhadores, dê tranquilidade aos trabalhadores, não seja o algoz dos trabalhadores terceirizados, que já são tão explorados no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Eu queria comunicar aos demais Parlamentares que temos algumas proposições para votar. Acho que não temos mais *quorum* para continuarmos. Nós temos só cinco Deputados. Acho que nós temos três blocos aqui representados: o bloco do Deputado Chico Vigilante, o do Deputado Prof. Reginaldo Veras e o meu. Nós temos algumas proposições de Deputados para serem votadas. Foram votadas em primeiro turno. Eu queria pedir aos Deputados que estão nos gabinetes que, se possível, desçam para compor o *quorum* regimental a fim de iniciarmos o processo de votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	9

Todas as proposições que estão na pauta, Deputado Prof. Reginaldo Veras, são de Deputados, inclusive as que foram votadas em primeiro turno ontem. Seria importante, talvez, conseguirmos avançar na votação da pauta desta semana, principalmente de primeiro e de segundo turno.

Então, peço aos Deputados que estão nos gabinetes que, se estiverem de acordo com o Colégio de Líderes, desçam para que, havendo *quorum* – espero que tenhamos –, possamos dar início à votação, em segundo turno, dos projetos dos Deputados que estarão no plenário e obviamente dar continuidade aos projetos em primeiro turno.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho um desejo enorme de participar de um Grande Expediente algum dia nesta Casa aqui para nós nos aprofundarmos nos debates. Eu estou no segundo mandato e não tive ainda essa honra e esse prazer de participar aqui de um debate mais aprofundado, no qual possamos colocar as nossas ideias.

Sr. Presidente, eu inicio a minha fala hoje, primeiro, dando boa tarde a todos os presentes e chamando todos os colegas Deputados, aqueles que estão nos ouvindo, para que... Na quinta-feira, portanto daqui a oito dias, o Deputado Chico Vigilante, de uma forma muito consciente, vai transformar a sessão numa comissão geral para tratar da questão das instituições que são conveniadas para trabalhar as creches aqui do Distrito Federal, que passam por um momento de extrema dificuldade na questão do custo, precisando muito de um reajuste, urgentemente de um reajuste. E uma cidade que não cuida das suas crianças é uma cidade sem futuro nenhum. Então, nós fazemos um apelo a todos os Parlamentares para participarem. Agradeço ao Deputado Chico Vigilante por essa conscientização.

Fizemos um apelo à nossa Deputada das creches, a Deputada Luzia de Paula, que trabalha com isso e também sofre na pele essa dificuldade, para que todos participem, para que possamos ajudar nesse momento difícil. Essas instituições, que são altruístas na sua maioria, com dinheiro ou sem dinheiro, continuam cuidando dos meninos, Deputado Ricardo Vale. São pessoas que têm a vida dedicada a isso. Que o governo tenha essa sensibilidade e possa priorizar. Priorizar mesmo! Não interessa onde ele vai cortar, mas ele precisa colocar dinheiro para as creches.

Aí, eu quero falar um pouco desse modelo de austeridade que todos os estados têm trabalhado. Fala-se muito em cortar custos. E aqui no Distrito Federal isto virou um mantra: cortar custo, cortar custo, cortar custo. Isso tem um limite. Não existe mais essa possibilidade, porque, na hora em que você corta custo na ineficiência, você não tem condição de prestar o serviço adequado. Você tem dois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	10

caminhos para se recuperar de um processo de crise desses. Um caminho é realmente fazer um trabalho de corte de custos. Isso foi feito, nós percebemos que foi feito. O outro caminho é aumentar a arrecadação, mas isso não tem sido feito no Governo do Distrito Federal. O processo precisa disso. Nós precisamos aumentar a arrecadação, e a arrecadação é setor produtivo. Nós precisamos de programas completos, claros de desenvolvimento econômico, social e ambiental para esta cidade. Esta Câmara precisa entrar nessa discussão. Nós precisamos trabalhar para conseguir, de forma limpa, completa, clara, discutir modelos de desenvolvimento para esta cidade a partir de uma base de uma legislação de incentivo. Nós estamos conversando com o Ministério Público. Entendemos a posição do Ministério Público, que é de fiscalizar os recursos, não de governar esta cidade, mas que os promotores tenham consciência de que nós precisamos ter um pacto de governabilidade, um pacto de governança, não só de governabilidade.

Então, está na hora de a Câmara se colocar. Os Deputados precisam entrar nesse jogo, nesse processo, mas não só na questão pontual, nós precisamos discutir uma política de longo prazo para esta Capital. Nós não conseguimos fazer um governo. Nossa cidade está descendo pelo ralo. Nós precisamos ter essa consciência, e a consciência e o formato são a partir de políticas de longo prazo para esse curto prazo da política. Quando foi lançado o Plano Safra agora – ontem eu tive a oportunidade de pontuar sobre isso –, nós falamos que são dois anos de agricultura para vinte anos de fartura. São planos de longo prazo que nós precisamos implementar, fazendo uma base legislativa, uma plataforma legislativa que consiga dar segurança jurídica para as pessoas, para quem produz, para o setor produtivo na nossa capital. Sem isso, Sr. Presidente, nós não temos nenhuma chance. Nós vamos ficar aqui chorando o tempo inteiro e tentando remediar, porque nenhum governo vai dar resultado, nenhum governador vai dar conta de resolver a vida da Capital da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra a Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes nesta sessão, membros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	11

da imprensa, hoje eu quero usar este momento dos Comunicados de Parlamentares para falar sobre o Pró-DF.

Ontem, o Governo do Distrito Federal lançou no Ginásio Cerejinho, em Taguatinga, a nova gestão do Pró-DF no Distrito Federal. Nela foram colocadas três bases, três pilares basilares. O primeiro pilar serve para recuperar, Deputado Joe Valle, aqueles empreendedores que, no Pró-DF I e no Pró-DF II, assumiram compromissos com o Estado e, por causa da crise econômica ou até mesmo das metas e das mudanças que foram ocorrendo durante a gestão do Pró-DF, não conseguiram cumprir as suas metas. Ou daqueles empreendedores também que, por causa da morosidade da administração pública – por exemplo, a morosidade da área de desenvolvimento econômico na liberação da licença ambiental –, não conseguiram implantar definitivamente o seu empreendimento, e ele acabou sendo prejudicado, não conseguindo atender o prazo estabelecido para a implementação da meta. Então, o primeiro ponto basilar seria a recuperação desses empreendimentos, o reenquadramento de uma nova proposta de gestão e uma reformulação das metas que são colocadas.

O segundo pilar basilar da nova gestão do Pró-DF se coloca num novo modelo de incentivo econômico. Anteriormente o Pró-DF era utilizado na troca de lotes. O Estado prometia infraestrutura em troca de emprego e desenvolvimento econômico. Isso, a princípio, poderia ser até um pouco atrativo, mas muitos empreendedores reclamavam que, quando recebiam aquele lote para colocar o seu empreendimento, aquilo que fora prometido pelo Poder Público não fora cumprido, principalmente quanto à questão da infraestrutura, Deputada Telma Rufino – V.Exa. que esteve presente na sessão de ontem.

Eu quero dar o exemplo da área de desenvolvimento econômico do Gama, que demorou anos e anos para ser implantada, não por falta de vontade dos empreendedores, mas porque o Poder Público, à época, tinha dificuldade de colocar toda a infraestrutura necessária para que se implantasse a área de desenvolvimento econômica do Gama. A saber, a infraestrutura seria pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, energia e água potável. E nisso, o Governador, à época, Agnelo Queiroz, conseguiu dar início à implantação da ADE do Gama. No meio do caminho, houve problemas ambientais, e tiveram de parar o processo de implantação, prejudicando os empreendedores.

Então, o segundo fato basilar também se coloca na mudança da concepção do incentivo, focando-se principalmente a geração de empregos.

Aqui eu quero destacar uma coisa muito importante. Deputado Joe Valle, eu tenho certeza de que esta sugestão partiu da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Social, Trabalho, Mulher, Direitos Humanos – SEDESTMIDH: os empreendimentos que atenderem pessoas com deficiência, que atenderem mulheres vítimas de violência, que atenderem pessoas que foram vítimas de violência, que estão aliadas do processo de trabalho, vão receber uma pontuação diferenciada do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	12

que os que atenderem aquelas pessoas que estão somente fora do mercado de trabalho. Eu achei isso um fator muito interessante porque é inovador, Deputado Joe Valle, V.Exa. que foi secretário, porque a empresa que atende o jovem aprendiz, que atende a mulher que foi vítima de violência e que atende a pessoa com deficiência precisa realmente ter um tratamento diferenciado.

O terceiro pilar basilar da nova gestão do PRÓ-DF é a questão da transparência. Segundo o Secretário de Desenvolvimento Econômico, no seu discurso, Artur Bernardes, todos os processos de concessão do direito ao PRÓ-DF estarão disponíveis em sítios na internet para serem consultados de capa a capa. Eu acredito que a transparência na administração pública é algo imperioso nos momentos em que nós vivemos.

Então, eu gostaria de parabenizar a equipe da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal, na pessoa do seu Secretário Arthur Bernardes, e o Governador Rodrigo Rollemberg, que remodelaram a gestão do Pró-DF. Também quero aqui citar que, dentro do novo modelo de gestão, existe uma prioridade de regularizar as áreas de desenvolvimento econômico que ainda não estão regularizadas da forma que vão se emitir, Deputado Prof. Reginaldo Veras, dentro da legalidade, atendendo aos conceitos e preceitos legais os atestados de implantação.

Só para V.Exa. ter uma ideia, existiam mais de 3 mil processos parados de incentivo do Pró-DF na Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável cujo atestado até hoje não saiu, por causa de um imbróglio jurídico e até mesmo de técnicos para dar o andamento. Muitas vezes, o empreendedor apresentava documentos, a documentação vencia. Tinha que reapresentar o documento. Aí não foi analisado, a documentação vencia. Tinha que reapresentar o documento novamente, ou seja, reapresentação do mesmo documento diversas vezes.

Então, esse novo modelo de gestão desburocratiza a concessão do incentivo e também dá mais transparência para que o Distrito Federal possa utilizar o setor econômico como um braço para sair da crise. Eu sempre defendo aqui – vim a esta tribuna diversas vezes – que nós temos que repensar qual é a base econômica desta cidade. Não podemos depender somente do setor público, porque, se o setor público entra em crise, a cidade toda entra em crise. Nós precisamos repensar qual será a base de fomento e desenvolvimento econômico da nossa cidade. Eu digo quais são as aptidões e o que cada cidade pode produzir, colocando ali a sua aptidão econômica. Como exemplo, eu citei, em diversos discursos, Brazlândia e Planaltina, que têm uma vocação voltada para o agronegócio. Essas áreas precisam ser incentivadas. Eu quero parabenizar o Plano Safra, que foi lançado pela Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal, mas o que eu acho mais importante é que precisamos discutir isso.

O Distrito Federal não pode ficar, como unidade da Federação, dependente somente do setor público. Hoje a nossa economia se sustenta com base no setor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	13

público. Se ele entra em crise, toda a economia entra em crise. Nós vivemos isso na pele. Eu acredito que toda crise nos leva a uma reflexão para o crescimento.

Então, é necessário que discutamos, que busquemos caminhos, que encontremos as vocações de cada região administrativa, que a Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável possa avançar em colocar incentivos para o desenvolvimento econômico nas cidades com base na sua vocação econômica, que a gente possa ter um crescimento ordenado, mas, acima de tudo, que a gente possa compartilhar com o setor produtivo – que é parceiro para tirar o Distrito Federal dessa crise – a mudança do modal econômico do Distrito Federal. Não quero dizer que o setor público não é importante, ele é importante, mas não pode ser somente ele a base da economia da Capital da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite (Pausa.)

Consulto ao Deputado Chico Vigilante se ele gostaria de usar da palavra novamente.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já abordei aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, algumas vezes, o assunto que vou tocar novamente com relação à violência. A violência praticada pelos bandidos contra a população do Distrito Federal. O que mais a gente ouve falar agora é de sequestro relâmpago, é de estupro, é de assassinato, é de bandidos assaltando vigilantes nos postos, é de bandidos chegando às casas das pessoas, invadindo, implantando o terror, e a sensação é a de que a polícia está inerte. Até parece que a Polícia do Distrito Federal agora só é muito ativa – determinada parte dela, porque a Polícia Civil é extremamente competente, a Polícia Militar do Distrito Federal também é muito competente –, parece que um determinado segmento só é competente para bater em trabalhadores. Foi o caso que aconteceu ontem na Esplanada.

Portanto, é preciso que o Governador do Distrito Federal atente para essa questão que está acontecendo com a segurança pública do Distrito Federal. Mas a questão não é somente da segurança pública, a questão também é da saúde. Todos nós acompanhamos que ontem foi fechada, no Hospital da Ceilândia, no bloco materno-infantil, a sala de cirurgia, o centro obstétrico, Deputado Chico Leite, porque estava infestado de piolhos de pombo, porque os pombos foram lá, colocaram os seus piolhinhos, os piolhinhos aumentaram, tomaram conta do centro obstétrico, e aí ficou impossível de as crianças nascerem porque está infestado de piolho de pombo. E eu me lembrei de que também aconteceu piolho de pombo em 2010, no Governo do Rosso. Todo mundo está lembrado. E agora o partido do Rosso é o vice do Rollemberg. Portanto, são os piolhos do Rosso junto com os piolhos do Rollemberg que infelicitaram ontem as mulheres grávidas daquela cidade. Já pensou:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	14

a mulher grávida chega a um hospital para ter sua criança e não pode por causa do piolho de pombo? Não estou dizendo que tem que queimar os pombos para matar os piolhos, mas eu estou dizendo que tem que haver prevenção para que os piolhos não infestem. Portanto, é grave a situação. Falta todo tipo de medicamento. Ainda agora mesmo eu recebi uma mensagem de um grupo ativo que há na cidade, chamado Renais Crônicos, que estão numa luta para que continuem sendo atendidos, dizendo que os renais que fizeram transplante estão correndo risco de morrer, porque pararam a compra do medicamento que impede a rejeição. Já pensou o cidadão, graças a Deus, conseguir fazer um transplante, mas, por não se fornecer o medicamento, poder perder aquele transplante e morrer?

Mas, Deputado Chico Leite, o que me assusta é que a saúde do Distrito Federal está sob estado de emergência – a mais longa emergência de que se tem notícia no mundo – há quase dois anos, sendo renovado, renovado, renovado. E parece que o estado de emergência serviu para essa maracutaia, essa malandragem das órteses e próteses. E aí, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Ricardo Vale e Deputada Telma Rufino, houve uma coisa que me deixou muito triste: é que nos áudios que a Polícia Civil do Distrito Federal, que é competente, captou, médicos – que fazem o juramento de defender a saúde –, diziam: “Não, vamos dar um jeito nessa cirurgia de a gente ganhar mais dinheiro. Bota um material que não presta, que em seguida a gente opera de novo e recebe duas vezes ou recebe três vezes”. E onde fica o juramento de salvar vidas? Isso é o apodrecimento completo de uma sociedade, isso é a canalhice chegando ao máximo. Por isso acharam tanto dinheiro vivo na casa de alguns. Eu fico imaginando uma coisa, rapaz. O cabra guarda não sei quanto – 100 mil, 200 mil – em casa! Eu trabalho que só um desgraçado e muitas vezes não tenho nem duzentos reais no bolso! Como é que o cara tem 100 mil reais guardado em casa? E alguém que guarda 100, 200, 300 mil, 1 milhão de reais em casa é porque o dinheiro veio de fonte não legal, senão ele botava no banco. Botava no banco! Não bota lá por quê? Porque o COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras rastreia e depois vai querer saber de onde veio. O cara guarda em casa!

Portanto, é grave, é muito grave essa situação. Isso é o apodrecimento de uma sociedade que está doente e que precisa de remédio, e o remédio é todos assumirem as suas responsabilidades e todo mundo agir com ética.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é só para fazer um comunicado.

Eu, como Presidente da Subcomissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, já protocolei na comissão o relatório preliminar da nossa fiscalização. Estou aguardando só que a Presidência daquela comissão, a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, marque data para aprovarmos o relatório.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 09 2016	15h.	73ª SESSÃO ORDINÁRIA.	15

Eu queria fazer este comunicado ao Plenário e a V.Exa., em nome da Mesa Diretora, para que todos os colegas saibam: na próxima reunião da comissão que trata de transparência, se nós formos aprovar o relatório – está aqui presente o nobre Deputado Delmasso, que é o Presidente –, certamente o Presidente abrirá prazo para que todos os colegas possam contribuir.

Obrigado, Sra. Presidente. Era só essa a comunicação.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não havendo mais *quorum* para dar continuidade à sessão – infelizmente –, declaro encerrada a presente sessão. Uma boa tarde a todos e a todas.

(Levanta-se a sessão às 16h44min.)